

# TST já deu 33 decisões a favor do imposto sindical voluntário

Nessas manifestações, tribunal diz que recolhimento depende de aval do empregado, como prevê a reforma

William Castanho

SÃO PAULO OTST (Tribunal Superior do Trabalho) proibiu o desconto do imposto sindical de trabalhadores ao reverter decisões de instâncias inferiores a favor do recolhimento do tributo sem a autorização do empregado.

Com a reforma trabalhista, em vigor há seis meses, a contribuição passou a ser voluntária. Antes, o imposto referente a um dia de trabalho era descontado de todos os empregados em março.

Até quarta-feira (16), a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho atendeu, em caráter provisório (liminar), a 33 pedidos de empresas para suspender efeitos de decisões que as obrigavam a recolher a contribuição para os sindicatos.

"A corregedoria manda o sinal para juizes de que a lei está em vigor. Que não há inconstitucionalidade [na reforma trabalhista]", afirma Otávio Pinto e Silva, sócio do escritório Siqueira Castro e professor de direito do trabalho da USP.

As informações constam de uma manifestação enviada

na sexta-feira (18) pelo presidente do TST, ministro João Batista Brito Pereira, ao STF (Supremo Tribunal Federal).

O parecer foi solicitado pelo ministro Edson Fachin. Ele é relator de 14 ADIs (ações diretas de inconstitucionalidade) que pedem a volta do imposto sindical obrigatório.

Segundo Brito Pereira, as decisões da corregedoria têm como fundamento "o risco de dano de difícil reparação, na medida em que as ordens judiciais contemplavam o imediato recolhimento da contribuição sindical, sem a exigência de garantia ou determinação de depósito em juízo".

Quando depositados em juízo, os recursos vão para uma conta bancária até o fim do julgamento, sem repasses ao sindicato. Foram relatados seis processos nessa condição.

Brito Pereira destaca na manifestação que o julgamento sobre a contribuição sindical ainda está pendente. Por isso, as decisões adotadas são necessárias até que ocorra o exame na corte competente.

"O principal argumento técnico dessas decisões da

corregedoria é a irreversibilidade", diz Mayra Palópoli, do Palópoli e Albrecht Advogados.

Segundo ela, decisões favoráveis aos sindicatos tornam difícil a recuperação do dinheiro recolhido dos trabalhadores caso no fim do processo se entenda que o imposto é realmente voluntário.

"O que se está vendo são decisões pela manutenção da reforma, que a contribuição é facultativa, não mais compulsória", afirma Palópoli.

Na manifestação ao STF, Brito Pereira relata que, de 60 recursos, a corregedoria não julgou 15 por considerar que houve falta de documentos, cinco estão pendentes e um não foi informado.

## Governo inclui ganho com imposto sindical no orçamento

Anaís Fernandes

SÃO PAULO Apesar de a nova lei determinar o fim do pagamento obrigatório do imposto, o governo federal continua prevendo sua arrecadação.

A LOA (Lei Orçamentária Anual) 2018, sancionada em janeiro, estimou arrecadação de R\$ 475,5 milhões com a chamada contribuição sindical. A LOAs de 2016 e 2017 previam R\$ 416 milhões.

Na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) 2019, proposta pelo governo ao Congresso em abril, faz projeções de arrecadação até 2021.

Uma cota de 10% da contribuição sindical vai para o FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador), ligado do Ministério do Trabalho (MTE).

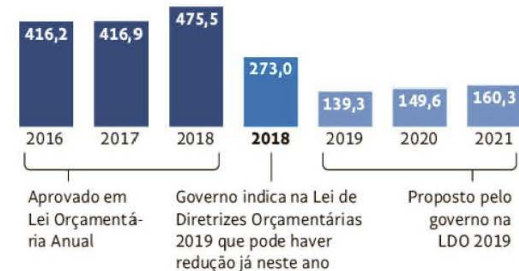
Para José Roberto Afonso, pesquisador do FGV e professor do IDP (Instituto Brasileiro de Direito Público), prever arrecadação inchada por si só não é um problema, amenos que venham a se realizar gastos sobre uma receita que não se concretize.

Procurado, o Planejamento disse que o cálculo da contribuição é de responsabilidade do Ministério do Trabalho, que não respondeu a os questionamentos da reportagem.

## Governo superestimou arrecadação sindical para este ano

A lei orçamentária aprovada para 2018 aumentou a expectativa de arrecadação com contribuição sindical neste ano, embora ela tenha se tornado voluntária após a reforma trabalhista de 2017

Receita com contribuição sindical destinada ao FAT, em milhões



## O que é a contribuição sindical

**Quanto é**  
Equivale a 1 dia de trabalho

**Quando é descontada**  
Uma vez por ano, geralmente em março



Fonte: Ministério do Planejamento